



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

Processo nº E-12/003/494//2015 - Proposta de MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA PARA A CEDAE.

Tema: PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELA AGENERSA NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS DA CEDAE E NA APLICAÇÃO DE PENALIDADES À COMPANHIA, EM RAZÃO DE INFRAÇÕES COMETIDAS, QUANDO FOR O CASO.

Nome: Cláudio Maranhão Varizo

Empresa ou Entidade:

Cargo:

Tema: TÍTULO II - DAS PENALIDADES, CAPÍTULO I - DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO (AI)

CONTRIBUIÇÃO: Sugiro acréscimo de inciso VII na redação do artigo 18 da referida minuta de instrução normativa.

Art. 18. Sem prejuízo do disposto em lei, a CEDAE estará sujeita à penalidade de ADVERTÊNCIA ou MULTA do GRUPO III sempre que, sem justo motivo:
[...]

VII – coar dos usuários pelo fornecimento de serviço em desacordo com o projeto que tenha sido aprovado e concedida a autorização a que faz alusão o artigo 4 do Decreto 553 de 16 de Janeiro de 1976.

EXPLICAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO: O legislador, na redação do artigo 4 do Decreto 553/76 atribuiu à CEDAE obrigação de outorgar aos interessados autorização de construção de instalações de água ou esgoto, conforme transcrito abaixo.

Art. 4º - Nenhum serviço ou obra de instalação de água ou de esgoto sanitário poderão ser iniciados sem que tenham sido autorizados pela CEDAE.

Segundo a redação do artigo 35º do Decreto 553/76, que trata de Ramal Predial, no momento anterior ao do início das obras de uma edificação, o construtor é obrigado a submeter à CEDAE os projetos de instalação hidráulica para a obtenção de autorização da concessionária com vistas a dar efetividade à construção, conforme transcrevo abaixo:

Art. 35 - Para obtenção da autorização de que trata o artigo 4º, deverá ser apresentado à CEDAE, pelo proprietário, construtor ou instalador:

I - projetos das instalações prediais de água, de acordo com as prescrições estabelecidas pela CEDAE, contendo as assinaturas do proprietário e do instalador, autor do projeto e responsável pela execução das obras;

II - alvará de licença da obra ou documento equivalente;

III - cópia aprovada do projeto de construção.

Desta forma, a CEDAE tem acesso a todo o percurso e destinação prevista para a água que será fornecida pelo Ramal Predial.

No mesmo diapasão, segundo a redação do artigo 59º do Decreto 553/76, que trata "DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO", no momento anterior ao do início das obras de uma edificação, o construtor é obrigado a submeter à CEDAE os projetos de rede de esgotamento sanitário e o projeto aprovado de redes pluviais para a obtenção de autorização da concessionária com vistas a dar efetividade à construção, conforme transcrevo abaixo:

Art. 59 - Para obtenção da autorização de execução de coletores de loteamentos e grupamentos de edificações, de que trata o artigo 4º, deverá o proprietário, o construtor ou o instalador, obter da CEDAE a aprovação do respectivo projeto.

Parágrafo único - Para obtenção da aprovação de que trata o presente artigo deverão ser apresentados:

1) projeto de rede de esgoto sanitário, de acordo com as prestações estabelecidas pela CEDAE, contendo as assinaturas do proprietário e do instalador, autor do projeto e responsável pela execução das obras;

2) projeto aprovado de rede de águas pluviais;

3) projeto de arquitetura aprovado, quando se tratar de grupamento de edificações.

Novamente, a CEDAE, previamente ao início da construção da rede de esgoto sanitário, tem acesso ao projeto da mesma e da rede pluvial – a qual é proibido direcionar esgoto sanitário, visto que o modelo adotado pela concessionária é o de sistema separador absoluto.

Tendo a CEDAE plena ciência de toda a rede de fornecimento de água e dos pontos de esgotamento sanitário, a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário em local onde a própria concessionária concordou em não fornecê-lo, implica em infração grave.

Exemplo basal desta situação está nas piscinas de grande porte situadas em clubes ou condomínios residenciais.

Os projetos de ramal predial são obrigados a indicar a existência de provimento de fluxo de abastecimento de água à piscina, bem como os projetos de esgotamento sanitário são proibidos de conectá-las ao sistema de esgotamento. Finalmente, o projeto de rede pluvial, por definição, é o utilizado para o escoamento deste tipo de reservatório.

Não obstante, mesmo assumindo que tinha pleno conhecimento que àquele destino de águas (piscina) não lhes seria autorizado o uso do sistema de esgotamento sanitário, mas apenas o sistema de águas pluviais, a CEDAE inobserva as próprias autorizações concedidas e atinge o consumidor com a cobrança integral de esgotamento sanitário em paridade com fornecimento de água.

Note-se que aos contornos do que está sendo proposto, não cabe a alegação de desconhecimento por parte da CEDAE, uma vez que a verificação dos projetos ocorre preteritamente ao início de qualquer construção.

Pelos motivos expostos, há que se adicionar inciso que aponte como penalidade a cobrança de tarifa em desacordo com o que a própria CEDAE se comprometeu a fornecer ou a não fornecer.